

A ÉTICA E A DIACONIA DA EUCARISTIA

Uma abordagem de Lc 22,14-20

Isidoro Mazzarolo

Introdução

A ética tem sido um debate constante nas ciências humanas ao longo dos séculos. Ela não implica apenas em questões de fé, de religião ou de convicções pessoais na compreensão de conceitos, mas ela carrega consigo a marca das relações humanas, dos encontros interpessoais, das dinâmicas sociais, políticas e econômicas, em nível particular, nacional e internacional. Ainda que não seja fácil determinar uma ética definitiva, pronta e clara para todos os povos, alguns elementos são comuns em todas as culturas, religiões ou raças.

Muitas discussões em torno do tema vagueiam entre a *liceidade* (lícito, legal – *De jure licitum*)¹ e a *eticidade* (moralidade). É um pouco a herança grega que coloca no individualismo o fim último de toda a moralidade, do sentido do bem ou do mal. Quando o apóstolo Paulo chega a Corinto, ele encontra um *slogan* popular afirmando: “Tudo me é permitido!” (1Cor 12,6). Entendendo que essa permissão poderia não ser conveniente, não do ponto de vista da sua liceidade, mas da sua validade ética, Paulo complementa a frase afirmando que nem tudo aquilo que é permitido segundo a lei pode ser conveniente segundo o evangelho. Aqui percebemos que a ética grega não era a mesma que a ética do evangelho.

Diante dos quadros culturais, das civilizações, das diferentes visões do ser humano, da complexidade das relações interpessoais e sociais, creio cabíveis algumas perguntas que o povo faz, tais como: A ética pode mudar? O que era ético numa época pode tornar-se antiético? A ética tem algum vínculo com a religião? A consciência individual está acima ou abaixo da ética? A consciência, a razão e a ética são evolutivas? Qual a relação da ética com a justiça? Quem estabelece o que é válido eticamente e o que é lícito? O que é essencial na ética?

1. Ética: um possível conceito etimológico

No dicionário grego encontramos alguns sinônimos para o termo ética: *Costume; o que é padrão na convivência das pessoas; aquilo que é norma (dogma) no ensinamento; o que é tido como bom; lugar da vida; vida comum; hábito convencionado como correto; procedimento conforme a consciência comum; prática que respeita o bom senso, etc.*

1. Pode-se aqui adicionar o termo “legítimo” que seria decorrente de *legitimus* (decorrente da lei, legalidade). O que é considerado conforme as leis passa a ter caráter de validade e legitimidade.

Transportando esse conjunto de sinônimos para uma conceituação bíblica, de modo particular para uma visão neotestamentária da ética, pode-se afirmar que é a descoberta e o respeito à *alteridade*. A ética começa quando se descobre o outro como diferente, como o totalmente outro e como absolutamente igual na relação com Deus, o qual é digno do bem individual e social. A ética cristã tem dois horizontes sempre presentes: a história atual e a esperança futura (escatologia = *eschaton*). A sucessão de momentos na vida é de capital importância para a esperança futura (Mt 25). Podemos afirmar que a utopia do futuro cria as motivações principais para a formação de uma ética atual, constrói os fundamentos de uma práxis religiosa e alicerça uma postura política como expressão de cidadania e convivência entre pessoas.

2. A ética do Reino, na pedagogia de Jesus

Não há dúvidas que a ética de Jesus tem como ponto de partida sua posição diante da justiça: “Digo-vos, pois, que se a vossa justiça não superar plenamente a dos escribas e fariseus não entrareis no Reino dos céus” (Mt 5,20). Ainda que não seja muito simples determinar o que Jesus poderia ter entendido por justiça, pode-se deduzir das próprias afirmações dele, no mesmo texto de Mateus 5,17-19, que ela é o cumprimento perfeito de toda a Lei e dos Profetas.

Diferentemente do que era entendido na tradição judaica, onde a prática da lei era mais um respeito às tradições e aos antepassados, na perspectiva jesuânica ela é o cumprimento da vontade do Pai a qual exige uma decisão constante, madura e livre na prática da libertação: “Meu Pai até agora trabalha; por isso, eu também trabalho” (Jo 5,17).

A ética, na pedagogia de Jesus, é enveredar as opções da vida, não na dimensão do saudosismo, do passado ou da conservação de alguns princípios do passado, mas é direcionar todos os objetivos para a dimensão do futuro, da escatologia. “Independentemente de como se defina com maior precisão a escatologia de Jesus, ninguém pode ignorar sua importância para a ética dele. Já J. Weiss e A. Schweitzer destacaram com razão que a ética de Jesus deve ser explicada primordialmente a partir de sua escatologia. Embora aqui a escatologia seja concebida de modo unilateral no sentido da expectativa escatológica do fim iminente e a ética seja entendida especialmente no sentido da ética de íterim, é incontestável, nesta concepção, que Jesus compreendeu sua mensagem e ética a partir do senhorio de Deus iminente ou em irrupção”².

Para Jesus, a interpretação da vontade do Pai está no bojo da escatologia, pois o Reino dos céus não é saudade, mas é construção: “Não é aquele que me diz Senhor, Senhor, que entrará no Reino dos céus, mas aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus” (Mt 7,20). Desta forma, o Reino dos céus exige a descoberta do próximo: “Não te vingues, não sejas rancoroso em relação aos filhos do teu povo; é assim que amarás o teu próximo como a ti mesmo, Eu sou o Senhor!” (Lv 19,18). O próximo, merecedor do amor, da compaixão e dos favores seria um outro do meu povo, da minha estirpe, da minha gente. Na tradição judaica o sentido deste mandamento sempre

2. Schrage, W. *Ética do Novo Testamento*. São Leopoldo: IEPG/Sinodal, 1994, p. 29.

foi restrito ao âmbito interno, à gente do próprio povo, em outras palavras, de judeu para judeu, uma vez que os outros eram impuros, estrangeiros ou pagãos.

Na ética de Jesus, o próximo é o *outro*, o que se apresenta mais próximo, o que está primeiro à mercê da necessidade. Na descoberta do próximo, na pedagogia de Jesus, é preciso que caíam todas as barreiras culturais, religiosas e políticas, como é apresentado pelo evangelho de Lucas na parábola do Bom Samaritano (Lc 10,29-37). O próximo não é alguém que eu tenho o direito de escolher, ele não é alguém sobre o qual tenho o poder de determinar sua forma, seu jeito e sua identidade, mas que me cabe aceitar, antes que seja *tarde demais*. Na parábola do rico que não reconhece no pobre Lázaro o seu próximo (Lc 16,19-31) está outro ensinamento de Jesus em torno dos imperativos éticos do Reino dentro da história. O Reino futuro depende diretamente das opções feitas no aqui e agora (Jo 5,25). A hora do Reino não tem um futuro, ela é o agora permanente no qual se estabelece uma constante relação entre o agora que deixou de ser e o agora que virá. Essa sucessão de “agoras” faz o tempo presente caminhar para a escatologia.

A escatologia passa pela história. Desta forma a “memória” (*anámnêsis*) de Jesus é a “encarnação” do que acontece ao redor da mesa, ou seja, da ceia. Esta não é mais uma celebração anual que recorda o dia da fuga (Ex 12,14); é nova na sua *profecia*, pois sua atualização está na escuta e na *prática da Sua palavra, todos os dias* (Lc 4,18-19; cf. Is 61,1-2; Lc 6,20-26; 8,19-21); é nova no seu *significado* (o epicentro da Nova Aliança não está num fato do passado – Ex 13,17s), mas no Cristo e na participação no Reino de Deus, participando da História (Lc 10,14-16).

3. A Eucaristia como ética da justiça

A justiça é a justa medida da vida, é o necessário em todos os sentidos, é a superação de todas as necessidades, é o encontro com a felicidade. A justiça é sempre uma utopia que se realiza de modo progressivo na história de cada um à medida que a graça supera o pecado. A Eucaristia é a celebração desta vitória da graça no ser humano convertido, da escatologia conduzindo a história. Na pedagogia de Jesus a Eucaristia é o romper do pão como parábola da partilha da vida. A justiça só se torna realidade quando a vida assume a dimensão da superação de todas as necessidades e a consciência da existência do outro.

Aquilo que mais agrada a Deus é o homem vivo. O profeta Isaías tem uma forma nova e própria de apresentar o sentido da vida na convivência e ao mesmo tempo na celebração:

Por acaso não consiste nisto o jejum que escolhi: em romper os grilhões da iniquidade, em soltar as ataduras do jugo, e pôr em liberdade os oprimidos, e despedaçar todo o jugo? Não consiste em repartires o teu pão com o faminto, em recolheres em tua casa os pobres desabrigados, em vestires aquele que vês nu e em não te esconderes daquele que é tua carne? Se fizeres isto, a tua luz romperá como a aurora, a cura das tuas feridas se operará rapidamente, a tua justiça irá à tua frente e a glória de Javé irá à tua retaguarda (Is 58,6-8).

A Eucaristia, na sua diaconia e serviço, solidifica seus princípios no romper do pão como gesto concreto e ao mesmo tempo simbólico enquanto ele está indelevelmente ligado à dimensão da justiça. Sem a ruptura do pão (todas as condições e todas as possibilidades) não há ceia por não haver fraternidade, nem solidariedade e, tampouco, vida. Assim o verdadeiro memorial da Libertação, na teologia profética, está fortemente engajado com a prática e o acontecer da justiça. Na verdade, a justiça é a *melodia de fundo* de toda a teologia da Aliança.

O pão que se parte na família ou nas casas não será o sinal de comunhão se entre os seus membros não houver unidade. O pão que se parte nas comunidades como celebração do *memorial do Senhor Jesus* não será a expressão da Eucaristia se a unidade familiar, social e política não alcançar esse partir do pão com o injustiçado, com o órfão, com a viúva (Is 1,10s). Se o pão era rompido e distribuído rapidamente, a fim de que os comensais não esperassem muito tempo, como afirma J. Jeremias³, enquanto o clamor dos pobres, por um pedaço de pão partilhado, era um grito que chegava até Deus, então atender a este clamor não era uma atitude de compaixão ou de filantropia, mas um imperativo da justiça. O grande gesto de Jesus, no campo da justiça social e política, está exatamente em fazer da prática da partilha uma mística de espiritualidade e de vida (Jo 6,1-59). Na práxis política de Jesus está o seu ensinamento no qual a mística se entrecruza com a política e a sua opção religiosa de vida torna-se uma *práxis* social (Lc 12,13-15). A divisão do pão como opção pela justiça e pela vida do *outro* antecipa-se à Ceia da celebração; a multiplicação dos pães (Lc 9,10-17 e par.) está muito antes da divisão do pão no ato celebrativo (Lc 22,14-20).

Nos dois atos concretos (multiplicação dos pães e Eucaristia) Jesus faz com os discípulos uma reflexão sobre o modo de agir do mundo. A partilha é o lado oposto da concentração. A pedagogia de Jesus é inconfundível. Só pode haver Eucaristia se houver divisão do pão, do alimento, do teto, das oportunidades de vida, das possibilidades e caminhos de vencer na vida, das opções e recompensas. Diante de um quadro de carência, quando a multidão se apinhava para escutá-lo, era injusto despedi-la com fome se há o que dar-lhe de comer (Lc 9,13). Assim Jesus é radical com seus discípulos: “Dai vós a eles de comer”. No Antigo Testamento encontramos um fato muito significativo que é o da visita de Elias à viúva de Sarepta (1Rs 17,10-16). Quando Elias provoca a consciência distributiva da pobre mulher, ela argumenta que o pouco que possui não dá para três, mas somente para dois, ela e seu filho, e uma única vez: “Pela vida de Javé, teu Deus, não tenho pão cozido, tenho apenas um punhado de farinha na vasilha e um pouco de azeite na jarra. Estou ajuntando uns gravetos; vou preparar esse resto para mim e meu filho; nós o comeremos e depois esperamos a morte”. Do ponto de vista lógico, o raciocínio da viúva apresenta algumas dificuldades. A compreensão deste texto será melhor tomando este fato no conjunto da vida do profeta Elias e sua fé em Deus. Se a convicção da fatalidade era tal, podia ela ter dito: comamos esse resto e esperemos a morte os três juntos, que, por comer um pouco menos, ela virá antes. Elias, no entanto, não aposta na fatalidade da morte, mas mostra a esperança na vida e

3. Cf. Jeremias, J. *Le parole*, p. 215.

modifica a consciência da pobre mulher, fazendo-a acreditar na partilha, que era a partilha do *aparentemente nada*, mas o suficiente para fazer viver.

A razão fundamental pela qual a concentração é pecaminosa é porque ela priva a vida de ser mais vida e solidifica a injustiça. O memorial da Nova Aliança cria a consciência da redenção comum: “Agora, porém, independentemente da lei, se manifestou a justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que crêem, pois não há diferença, sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (Rm 3,21-24). A justiça é também partilhar a verdade (Rm 1,18) que vai exigir o abrir a mão em favor do pobre e do indigente, partilhando com ele os bens (Dt 15,11). Nesta ótica fundamenta-se a discussão de Jesus com os fariseus a respeito da filiação de Abraão (Jo 8,31-47), mas eles não querem entender que ser filho de Abraão é demonstrar com a vida e as obras aquilo que ele demonstrou. “A comunhão se estabelece em virtude de uma raiz comum – o mesmo Deus”⁴, que justifica a forma de vida, como fala o profeta Malaquias: “Não temos todos um só pai? Não nos criou um mesmo Deus?” (Ml 2,10).

É da partilha na justiça que a divisão do pão passa do simples *louvor para a ação de graças*, caracterizados de modo especial pelos atributos oferecidos por Lucas e Paulo. J. Jeremias⁵, ao falar a respeito do uso de *eucharistein* (dar graças) no helenismo e sua ausência no judaísmo, se pergunta se mesmo no judaísmo helenístico esses atributos faltariam por puro acaso. O uso abundante e com diversos significados é feito por Paulo, que torna manifestos os motivos de ação de graças, aliás, na maioria, por coisas concretas (cf. 1Cor 1,4s; Fl 1,3s; Cl 1,3-17). No comentário a 1Cor 10,1-13.14-22⁶, S. Legasse lembra que Paulo fala com muita seriedade aos seus ouvintes a respeito das conseqüências práticas do compromisso cristão. De nada vale participar da refeição eucarística se não são arrancados os vícios e a vida não se torna uma manifestação concreta da solidariedade. A atitude de Jesus é radical e nisto ele dá um “xeque-mate” à tentação de acumular, de ajuntar sempre mais e de privar os pobres das suas condições mínimas à vida. No relato de Lucas 22,17, Jesus incumbe os discípulos a fazerem a distribuição do alimento. Neste projeto estão comprometidos todos os seus seguidores. A *diaconia* torna-se uma exigência em função da confiança que ele deposita nos seus auxiliares. Por isso, a ação de graças se dá sobre essa integração social e teológica do projeto do Reino. *Eucharistein* (dar graças) é uma superação de *eulogein* (bendizer, abençoar), pois este situa-se mais no horizonte da palavra, enquanto a “ação de graças” está mais na dimensão da vida.

Sensíveis ao sofrimento, à discriminação e aos prejuízos sociais e políticos que pesavam sobre os assim chamados “pagãos” (estrangeiros), bem como sobre alguns judeus recriminados pelas prescrições da lei e por preconceitos da tradição, os discípu-

4. Schoekel, Alonso L. *Meditações Bíblicas sobre a Eucaristia*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 112.

5. Jeremias, J. *Op. cit.*, p. 215.

6. Legasse, S. A Eucaristia segundo São Paulo. In: VV.AA. *A Eucaristia na Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 59 [Cadernos Bíblicos 35].

los de Jesus e todos os cristãos que os sucedem estão mais livres e esperançosos para criar autênticas comunidades de vida em comum. “São eles que com Paulo e Lucas mostram como a refeição comum é uma ação de graças com a vida”. Contrariamente a essa proposta, as injustiças projetam o ser humano na escravidão e no sofrimento. Anunciando o castigo iminente (exílio babilônico), o profeta Jeremias (16,7) proclama: “Não partirão o pão ao que está de luto para consolá-lo por um morto; não lhe oferecerão o cálice da consolação por seu pai e por sua mãe”. O contexto, do qual o profeta fala, é desterro e não ato de culto fúnebre. Lá no exílio não havia nem pão para comer, quanto menos liberdade para partilhar solidariamente as situações de dor na “passagem” dos familiares e amigos, ou mesmo condições para celebrar o memorial da primeira páscoa (Ex 12,14-28). Esse oráculo está em paralelo com o Salmo 137, onde o dominador vinha pedir um cântico de Sião, e eles respondiam que não poderiam cantar porque a saudade da pátria era forte demais, e assim suas harpas continuavam penduradas nos salgueiros e a garganta deles trancada pela amargura do cativo. Segundo o próprio Jeremias, Israel renasce depois do exílio da Babilônia, e este êxodo torna-se mais importante que o da saída do Egito: “Por isso, eis que dias virão, oráculo de Javé, em que não se dirá mais: ‘Viva Javé, que fez subir os filhos de Israel da terra do Egito’, mas sim ‘Viva Javé, que fez subir os filhos de Israel da terra do Norte e de todas as regiões, para onde os tinha dispersado’. Eu os reconduzirei à terra que dera a seus pais” (Jr 16,14-15). Na pregação profética o partir do pão tem a ver com a justiça, e esta tem maior implicância com a vida do que com o culto (1Cor 8,7-13), pois esta é um compromisso com o outro: “Já que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que participamos deste único pão” (1Cor 10,16-17).

4. A Eucaristia como ética da solidariedade

A Eucaristia é uma refeição partilhada com todos os que estão à mesa, sem discriminação, sem privilégios ou exclusões. A refeição que está posta serve a todos os comensais e deste alimento ninguém fica privado. A ética da Eucaristia é a abertura que permite a aproximação dos que não têm alimento, dos que não possuem mesa, dos que não conhecem a saciedade. É nesta ótica que o Apóstolo fala: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e as dos anjos, se eu não tivesse o amor seria como um bronze que soa ou como um címbalo que tine” (1Cor 13,1).

Jesus inaugura uma nova ética da solidariedade ao realizar a partilha do pão com os famintos, ao oferecer a cura aos enfermos e o perdão aos pecadores inaugurando um banquete na história que prenuncia a ceia do Cordeiro na escatologia. Na ética jesuânica a participação com os “degradados”, os publicanos e os pecadores, com os que estão fora, torna-se o caminho para o Pai, o caminho do Reino e a manifestação da Nova Aliança (Mc 2,15-17). Essa ética é entendida pelas comunidades primitivas como a possibilidade de participar do pão e tomar do cálice da comunidade, como o voltar para Cristo⁷. A refeição à mesa sem preconceitos é partilhar a vida dele, com suas dores e sua cruz, nas lutas de cada momento, nas contradições de cada

7. Behn. *Id.*, p. 730.

dia, na transformação de cada passo em esperança de ressurreição (cf. Jo 14,1-3; Mt 26,29; Mc 14,25; 1Cor 11,26).

Se é para a *Liberdade que Cristo nos conquistou*, é para o serviço solidário, como expressão da libertação, que ele nos conseguiu (Gl 5,1.13-15), que precisamos atualizar o já antigo mandamento, mas que é sempre novo: “Amarás teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,34-40 e par.; cf. Lv 19,18). Na interpretação paulina, esse mandamento recebe esta tradução: “Carregai o fardo uns dos outros” (Gl 6,2). A solidariedade é um elemento intrínseco da ética familiar e social. Do próprio Paulo podemos assumir outra máxima: “Quem está sendo instruído na palavra torne o seu mestre comungante (*koinôneitô*) em todos os seus bens” (Gl 6,6). Há uma exigência muito palpável para a necessidade da comunhão histórica e do engajamento com o mundo e com o homem. Jesus torna tão clara a necessidade da partilha da vida como forma de estar presente no outro, tornar-se importante para o outro, fazer o outro sentir a chegada do Reino, que ele materializou essa pedagogia nos milagres, nos sinais e nos ensinamentos. Onde ele encontrou fé, realizou prodígios. Quando os discípulos de João Batista se apresentam e lhe perguntam se era ele o esperado ou se deveriam esperar um outro, ele lhes pede para verificarem o seu *curriculum vitae* (currículo); em outras palavras, Jesus teria dito a esses discípulos de João Batista: “tudo funciona” – os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados (Mt 11,5-6).

A ética do Reino é a vontade do Pai que se faz vida, que torna o amor realidade, que resgata a vida como sinal da nova criação libertada da maldade e da morte. A ética da solidariedade produz um fruto que cria unidade, responsabilidade e compromisso com aquele que coloca sua vida em comunhão com Ele. Se estiver ligado ao mesmo tronco, dará muito fruto e se tornará seu discípulo glorificando o Pai que está nos céus (Jo 15,7-8). É difícil entender, depois de percorrer as páginas dos evangelhos, e mesmo de todo o Novo Testamento, uma interpretação bíblica que não tenha a dizer algo, concretamente, sobre as questões materiais da vida humana, sobre a justiça social e sobre a ética da diaconia e partilha. Neste aspecto, o memorial tem sempre duas raízes: uma mística e outra histórica. A unilateralidade é sempre uma parcialidade⁸. A experiência da fé cristã, no seguimento de Jesus, precisa, a exemplo das primeiras comunidades (At 2,42-47; 4,32-35), constituir uma ética da *koinônia* (comunhão) e da solidariedade, o que em outras palavras pode ser desdobrado em “ter com”, “ter em comum”, “ser com”. Isso seria constituir comunidades de fé, de oração e partilha dos bens.

Na última ceia, Jesus presta aos seus convidados um serviço de servo como diaconia e gesto solidário simbólico do que havia feito durante toda a sua vida (Lc 22,27; Jo 13,1-17). Esse fato exige dos discípulos um redimensionamento de seus esquemas de vida, pois daí por diante a acolhida dos pobres, dos relegados pela sociedade e das muitas classes de excluídos começa a fazer parte da nova sociedade. Os dons que cada um tem significam uma possibilidade de participação na vida comunitária, e a mesa do

8. De Lubac, H. *Corpus mysticum*, p. 67-87.

mundo torna-se a antecipação da mesa no Reino (Lc 22,16.18). A consagrada expressão popular – “Ninguém é tão pobre que não tenha nada a dar e ninguém é tão rico que não tenha nada a receber” – era levada em conta já nas primeiras comunidades cristãs. Partilhar os dons é o primeiro imperativo para participar na partilha das coisas e da comunidade escatológica: “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos” (1Cor 12,4-5).

Na perspectiva da ética solidária, o significado deste dividir o pão de Jesus com o pobre, viúva, órfão, estrangeiro e doente, dentro do contexto da *anámnesis* (memorial), é romper ou partilhar tudo aquilo que é dom de Deus e recebemos de graça (cf. Sl 78,23-25; Sl 105,8-9.40). Partilhar a verdade, a dignidade e o direito é abrir as portas para o verdadeiro significado da Eucaristia. A Eucaristia é fazer dos bens da vida uma forma de encontrar os bens do Reino, é crer na vida futura transformando a vida presente no seguimento ao evangelho (Lc 18,18-23).

5. A Eucaristia como ética da Nova Lei

Unindo escatologia e história num só princípio, a Eucaristia transforma o Decálogo num único mandamento: “Eu vos dou um mandamento novo – a fim de que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, que vos ameis vós também mutuamente!” (Jo 13,34).

A Eucaristia tem uma ética própria: *a ética da não exclusão*. Quem comunga da mesma mesa assume a mesma proposta, por isso que a comunhão verdadeira torna o participante um membro de uma nova sociedade que se opõe ao estilo imperial e dominador. Assim, a ética da Eucaristia se torna uma ameaça aos poderosos, aos que detêm o poder civil, militar ou religioso. Diz uma canção: “Comungar é tornar-se um perigo”, pois o compromisso da comunhão é uma subversão com os sistemas antiéticos e injustos das grandes potências, dos impérios que não têm escrúpulos de acumular. A Eucaristia é um protesto e uma rejeição ao arcaísmo das falácias dos sistemas que mentem para sobreviver, que matam para continuar vivos e que escravizam para que seu pecado ande livre (cf. Jr 12,1).

A Nova Lei não se sustenta no poder, mas na diaconia, no serviço, no gesto humilde e nobre de lavar os pés dos mais pobres, dos pequenos e dos humildes. Quem não aceita deixar-se lavar os pés terá mais dificuldades de lavar os pés dos outros. Esta é a dinâmica da Eucaristia e só entra no Reino quem estabelece com o seu próximo esse princípio, sem fazer diferenças de raça, cor, sexo ou posição social, visto que Deus não faz distinção de pessoas (Rm 3,22.29; 10,12; Gl 3,28). Os pés para serem lavados exigem uma inclinação, uma reverência e um reconhecimento da dignidade de quem tem seus pés lavados, ainda que seja mendigo, leproso ou enfermo. Nestas condições eles são dignos da mesa do mundo e já agora da mesa do Reino, como acontece na parábola do rico e Lázaro (Lc 16,19-31). Os pobres também podem ser evangelizadores, podem ser sinais do Reino e da justiça de Deus, como clamava a bem-aventurança do profeta Isaías: “Como são bem-vindos sobre as montanhas os passos do men-

sageiro que nos faz ouvir a paz, que traz uma mensagem de bem, que nos faz conhecer a salvação e diz a Sião: Teu Deus reina!” (Is 52,7).

6. A Eucaristia como ética da partilha

Há muitos conceitos de partilha. Mesmo dentro da mesma cultura, de acordo com o horizonte de olhar a realidade, pode-se encontrar distinções no modo de ver e entender a partilha. Na tradição judaica a partilha era feita, em primeiro lugar, dentro da própria raça; em segundo lugar, com as pessoas que faziam parte do meu estado social; em terceiro lugar, com as pessoas da minha consangüinidade.

Rompendo com estes arquétipos culturais e sociais, a Eucaristia, na pedagogia de Jesus, abre uma outra forma de entender a partilha: *Partilhar com quem tem necessidade e segundo a necessidade*. Quando a multidão seguia Jesus, mas tinha fome de pão, os discípulos sugeriram que ele os despedisse a fim de voltarem para suas casas e se alimentarem (Lc 9,12), mas é ali que ele precisa corrigir a mentalidade deles: “Dai-lhes vós mesmos de comer!” (Lc 9,13). Essa forma de entender a partilha, não segundo uma distribuição eqüitativa, e, sim, segundo a necessidade, está clara na oração do Pai-Nosso: O pão, o necessário, dá-nos a cada dia (Lc/Mt); o pão, diariamente (Marcião). Todos os dias são tempo de partilha, e partilha necessária.

A ética da partilha não é igual à esmola. A esmola corresponde ao gosto do doador, enquanto a partilha corresponde à necessidade de quem recebe. Jesus não dá algumas migalhas, uns restos de pão, a fim de que eles possam chegar até suas casas, mas alimenta-os de modo suficiente para que continuem escutando-o e entendam a “lição”.

Segundo a ética da Eucaristia, *a partilha se torna uma diaconia permanente e total*. “É importante ter presente que este repartir que Jesus faz com pães e peixes é apenas uma conseqüência da partilha que fizera de sua vida. É fácil sugerir ou até exigir que alguém reparta aquilo que tem, mas quem sugere não faz o mesmo (Mt 23,3; Lc 11,46). Repartir deve ser uma conseqüência de uma forma de ser”⁹.

A partilha não se restringe à solidariedade no uso dos bens materiais, ela não se fecha no campo dialético entre ter e não ter, na tensão entre riqueza e pobreza. A partilha, enquanto *ética da diaconia*, é o olhar sereno para o outro e entendê-lo como o *totalmente outro*, a outra metade do meu eu, cuja realidade envolve a minha própria identidade. Para que minha partilha seja correta, segundo a Eucaristia, todos os aspectos de uma vida precisam ser partilhados: a inteligência, a vontade, as potencialidades, os dons, os bens, o poder, a influência e a persuasão. Nos testemunhos das primeiras comunidades (At 2,42-46; 4,32-35) encontramos uma tríplice forma de comunhão e partilha: 1. A oração (a dimensão espiritual); 2. A assiduidade na instrução (a dimensão intelectual, ideológica, social); 3. A partilha do pão (a comunhão de bens, a partilha econômica e política). Jesus, na multiplicação dos pães e na Eucaristia, usou um gesto para indicar que, assim como um pão é vida ao chegar à boca do necessitado, ele

9. Mazarolo, I. *A Eucaristia: memorial da Nova Aliança – Continuidade e rupturas*. São Paulo: Paulus, p. 106.

se tornara vida para os que estiveram ao longo dos caminhos em que passava e sua opção pela vontade do Pai foi solidificada na materialização de gestos, sinais e palavras.

Tudo é do Pai, cabe à sensibilidade de cada um fazer acontecer a vida através do uso das terras, das empresas, do poder. Tudo precisa ser um exercício ético da partilha e da vida¹⁰.

7. A Eucaristia como vivência da ética solidária

Na narrativa de Lucas sobre a Última Ceia, na qual Jesus também selou uma Aliança Nova com os seus, fez neste momento celebrativo um pedido: “Fazei isto em minha memória” (Lc 22,19).

Muitos seguidores de Jesus não entenderam ainda que este fazer algo como memorial dele não é o ato de culto, mas a vida, a partilha, os projetos pessoais e comunitários, as opções políticas, as decisões econômicas e a dimensão concreta do serviço disponível aos outros. “Touto poieite eis têm hemên anámnêsin” (= isto fiz em memória de mim, ou como meu memorial) não é uma forma cultural, mas uma ética de convivência solidária com quem está à margem, com quem está fora ou com quem ainda pode entrar. Assim pode-se entender que a Aliança que Jesus fez com sua vida, na opção solidária, por uma nova ordem ética e política, tinha como ponto de partida a vontade do Pai e a unção do Espírito Santo. A compreensão deste mandato final de Jesus aos seus está vinculada a uma nova proposta de vida, que se celebra no ato de culto. A vida, como uma ética da solidariedade, torna-se uma constante ação de graças no altar da vida e do mundo. Neste altar tão amplo e tão formoso encontram-se multiplicadas as formas de oferecer ao Senhor os grandes sacrifícios da Salvação tirando as amarras, rompendo os grilhões, despedindo os aprisionados em paz e devolvendo a saúde aos enfermos. Acrescenta-se ainda a importância, agora, dada ao imperativo *poieite* (faizei). O sentido desse mandato não se fecha num momento, mas mantém o horizonte da história sempre aberto. Assim, depois de Jesus perguntar: “Compreendeis o que vos fiz? (Jo 13,12c), ele acrescenta: “Dei-vos o exemplo a fim de que, como eu vos fiz (*epoiêsa*), vós façais (*poiête*)”. Esse é o momento conclusivo dos ensinamentos práticos, antes da Paixão. No final Jesus teria feito uma certa conclusão dizendo aos seus: tendes visto como eu fiz, todos os dias, sempre, com toda a coerência e com toda a sinceridade? Assim deverá ser o vosso proceder.

Neste imperativo estão compreendidos alguns conselhos e instruções já presentes em Gênesis 42,18 e Números 4,19; 16,6. Como existem alguns modelos no Antigo Testamento, esta ordem não introduz algo novo, mas dá um novo significado ao que já existe (Nm 15,11-13; Dt 25,9). “Fazei isto em memória de mim” subentende toda a história de Jesus com os seus e com o povo. Este imperativo recapitula a missão.

Strack/Billerbeck busca modelos no Antigo Testamento e acredita que a inspiração desta ordem esteja relacionada com o preceito da celebração da páscoa judaica (Ex

10. Cf. Schrage, W. *Op. cit.*, p. 113.

12,14; 13,8s; Dt 16,3). J.-P. Audet, analisando de modo comparativo os poucos relatos da Última Ceia, dentre eles a Primeira Epístola aos Coríntios 11,24 e Lucas 22,19, com os relatos de Mateus/Marcos¹¹, afirma que há nos textos de Lucas/Paulo uma advertência para que o ato não seja feito dentro do rubricismo, mas entende que a ordem se refere apenas ao repetir aquilo que Jesus fez com os seus, na Ceia, antes da Paixão. Desta opinião nós discordamos radicalmente, pois Jesus não ensinou ritos em vida, mas ensinou novas formas de ser.

Da mesma forma I.H. Marshall¹², citando Ex 29,35; Nm 15,11-13; Dt 25,9; 1QS 2,19; 1QS 2,21, afirma que o uso do verbo *poiein* (fazer) tem por finalidade o mando da repetição de ritos. Concordamos que todos os textos do Antigo Testamento digam que “fazer” é repetir ritos, mas é preciso dar-se conta de que Jesus superou, rompeu e criou conceitos novos não apenas para um único rito, o do partir o pão e distribuir o vinho, mas também recriou a sua essência. Ele, como “Outro Cordeiro”, não fez de sua vida um rito de expiação, mas *um ato de Libertação*. Neste horizonte, para todos os efeitos, há uma divisão fundamental entre a Ceia de Jesus e a ceia pascal judaica, mesmo abstraindo de outro elemento fundante da visão do sacrifício de Jesus que é a escatologia. Para tanto, não basta olhar o Antigo Testamento; é preciso olhar o procedimento de Jesus e o que a tradição relata, de modo particular Paulo e o Autor da carta aos Hebreus, referindo-se a ritos e suas práticas, após o evento Jesus Cristo (Rm 2,1s; 1Cor 10,14-30; 11,17s).

A refeição é um dos lugares privilegiados do seu ministério apostólico: Jesus prega, cura, perdoa e alimenta o povo, depois entra em conflito com seus adversários porque eles se opõem a essa práxis da ética da solidariedade; por isso ele se refere, nas mortes dos profetas, às hostilidades dos escribas e dos fariseus. *As anámnêsis eucarísticas*, de modo particular em Lucas e João, estão carregadas de lembranças emocionais da atividade profética e sacerdotal do Mestre, vida toda de serviço, repleta de provações, totalmente animada pelo *amor e misericórdia* do Pai e para com os homens. Em João notadamente estão explicitados os dois momentos extremos desta vida; sua “saída” de Deus vindo ao mundo e sua “partida”, deixando o mundo, para o Pai¹³. Na ceia de Jesus, em Lucas 22,14-20, o que aparece explicitamente é a “fração do pão” e a bênção e distribuição do cálice como gestos simbólicos de uma existência, por isso o que neles está contido começa com a “Encarnação” na qual Ele inicia a partilha de toda a sua vida na obediência ao Pai e na solidariedade com o mundo. Não se trata de fazer o texto dizer aquilo que se deseja dele, mas é mister perceber o que nele está, o que faz parte do todo. Faz-se necessário olhar e compreender o imperativo de Jesus com um olhar amplo no qual possam transparecer todos os momentos da vida, obviamente, resumidos e concentrados no relato da Ceia. O caráter deste relato é litúrgico, e nisso concordamos com Benoit/Boismard¹⁴ que sustentam o sentido místico da Ceia; mes-

11. Audet, J.-P. *La didache – Instructions des Apôtres*. Paris: Gabalda, 1958, p. 393.

12. Marshall, I.H. *The Gospel of Luke*, p. 804.

13. Dussaut, L. *L'Eucharistie*, p. 224.

14. Benoit/Boismard. *Synopse*, II, p. 381.

mo assim, *é através dele que entendemos o novo, o totalmente próprio de Jesus e dos cristãos. É uma celebração ritual com o suporte na vida, mas o mais importante é a vida.* A Eucaristia é para o cristão um novo olhar sobre a ética da vida que é sustentada pela democracia do poder, do ter e do ser na política, na economia e na religião.

8. A Eucaristia como ética da alteridade

Não há Eucaristia num ato de culto se não há partilha no altar do mundo. Na dinâmica da Eucaristia, como *ação de graças*, só é possível chegar ao altar do ritual com a presença do Outro, mas este outro é encontrado fora do templo, fora do espaço sagrado.

Na descoberta e na identificação do Outro está a grande ruptura que a Eucaristia faz com a ética judaica ou mesmo com as *éticas de conveniência* que se encontram em cada esquina de nossas cidades. O outro, como *alteridade da Eucaristia*, é aquele que a sociedade jogou à margem, excluiu. A alteridade não tem idade, não tem cor, sexo ou posição social. Na parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37) Jesus contesta o conceito judaico de próximo e revela que o próximo é o totalmente outro. Na parábola do rico avarento e Lázaro (16,19-31) há uma situação de crise ainda maior, pois o próximo passa a ser o indigente, o diferente, o rejeitado e o repugnante. Neste contexto, a Eucaristia é a *mesa da inclusão* religiosa, social, política, econômica e ideológica.

Voltando ao ponto de partida sobre a compreensão da ética, podemos afirmar que ela é absolutamente coerente com os princípios cristãos: ético é aquilo que é bom para a convivência das pessoas. A ética da Eucaristia é a consciência e a maturidade humana perfeita, que é capaz de colocar uma vida como o absolutamente privado, em comunhão para a convivência perfeita com o absolutamente outro. Só a maturidade humana perfeita permite que a Eucaristia ensine sua ética de convivência e seja o dogma do Bem, do Bem Supremo, Todo o Bem!

Isidoro Mazzarolo
isidoro@stones.com
isidoro@viatropical.com.br